

NOVA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: TRADIÇÃO E RUPTURA

Prefácio de Rodolfo Ilari

Nova Gramática do português brasileiro. Para uma obra que trata da língua falada neste país, seria difícil imaginar um título menos previsível. Quando pensamos no nome de um livro que descreve a língua, a primeira palavra que nos ocorre é “gramática”. E o idioma que tem servido de espaço de comunicação para os 185 milhões de habitantes que o Brasil tem hoje é incontestavelmente isso: o “português brasileiro”. Não nos deixemos enganar pelas aparências: com seu título aparentemente tão banal, esta é uma obra altamente inovadora.

A Gramática é uma ciência milenar. Surgiu associada a preocupações filosóficas e literárias, e desenvolveu descrições da língua que, com o tempo, acabaram constituindo um tema autônomo de estudo. Hoje, teríamos dificuldade em excluí-la dos nossos currículos escolares e do conjunto de conhecimentos que esperamos encontrar nas pessoas cultas. No domínio da língua portuguesa, as primeiras gramáticas apareceram no século XVI, motivadas pela preocupação de dignificar a língua em face do latim e de educar os jovens no conhecimento das variedades mais prestigiadas. Começou assim uma tradição que atravessou os séculos e criou a necessidade de grandes manuais de referência – um papel que, ao longo dos tempos, foi assumido por compêndios como os de Jerônimo Soares Barbosa, Manuel Said Ali, Eduardo Carlos Pereira, Carlos Henrique da Rocha Lima e, mais recentemente, o de Celso Cunha e Luís-Felipe Lindley Cintra, para citar apenas alguns. Ao chamar seu livro de “gramática”, Ataliba Castilho pretende, evidentemente, inserir-se nessa tradição. Mas o modo como o faz é paradoxal, e não poderia ser de outra maneira, dada sua história pessoal.

Ataliba Castilho recebeu sua formação superior na Universidade de São Paulo entre 1956-1960, num contexto em que o estudo da língua vernácula era entendido como estudo da língua em suas fases passadas e a prática mais cultivada era a explicação de escritos medievais. Contrariando essa tendência, nesse mesmo período, ele dedicou sua primeira pesquisa de vulto a um problema linguístico do português contemporâneo, o aspecto verbal. Retrospectivamente, essa escolha marca sua adesão à Linguística, uma disciplina que tinha então um caráter de vanguarda e que, nos anos seguintes, revolucionaria profundamente os estudos da linguagem, no Brasil e no mundo. De fato, desde a década de 1960 até hoje, várias escolas se sucederam na vanguarda dos estudos linguísticos trazendo ideias inteiramente novas – o estruturalismo, o gerativismo, o funcionalismo, para mencionar apenas alguns grandes nomes que o leitor certamente já ouviu.

Desde então teve um papel de primeira importância. Ainda na década de 1960, o encontramos entre os criadores das principais sociedades científicas que temos hoje – a Associação Brasileira de Linguística e o Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo. Pouco depois, apoiou as ações do Programa Interamericano de Linguística e Ensino de Idiomas e a Associação de Linguística e Filologia da América Latina em nosso país. Essas sociedades científicas foram um espaço privilegiado para a difusão das novas doutrinas, e também para o debate e a circulação de trabalhos escritos de acordo com elas. Além disso, foram um espaço importante para a definição de novas lideranças intelectuais e acabaram por colocar em posição de prestígio uma nova figura de estudioso, a do linguista, distinta das figuras tradicionais do filólogo e do gramático.

Como era de esperar, a circulação das novas ideias, além de alimentar muita controvérsia teórica nem sempre consequente, também teve o efeito desejável de tornar mais amplos e exigentes os estudos que tinham como tema a realidade linguística do país. O linguista americano Haj Ross já descreveu o Brasil como um dos países em que as pessoas mais se empenham em conhecer a fundo a própria língua, em nível mundial. Essa afirmação é certamente correta, mas é importante lembrar que o comprometimento de que fala Ross foi construído, entre 1960 e 1980, pelos primeiros linguistas brasileiros. Aqui também Ataliba Castilho teve um papel importantíssimo, pois criou e sustentou com a determinação dos visionários alguns projetos coletivos de grande envergadura, recrutando por todo o país os nomes mais representativos das novas áreas de estudo que iam se configurando e criando no interior desses projetos um ambiente de trabalho saudável e estimulante. Para entender a gênese deste livro, cabe lembrar, particularmente, o Projeto da Gramática do Português Falado, que teve início na década de 1980. Ataliba Castilho foi seu idealizador e seu coordenador, o que o colocou numa posição privilegiada para acompanhar e orientar o desenvolvimento de algumas das linhas de pesquisa que mais avançaram no conhecimento do português falado no Brasil, durante três décadas.

O livro que ele oferece agora ao leitor é profundamente coerente com essa história e com os compromissos assumidos diante da realidade linguística brasileira pelos linguistas daquela geração. Em vez da atitude do filólogo, que consiste em fazer reviver estados passados da língua a propósito de textos, toma como objeto de estudo a língua em seu estágio atual. Em vez da obsessão prescritiva própria dos gramáticos, que leva a falar de uma língua irreal como se ela existisse de fato, encontramos nele a preocupação de apresentar ao leitor fatos concretamente observados, com todo o rigor possível. Em vez de tomar como referência os textos escritos, elege como amostra preferencial da língua a sua manifestação aparentemente mais caótica – a conversação falada. Em suma, um livro que fala da língua tal como ela é e não recua em face de sua aparente falta de regularidade.

A tudo isso podemos relacionar a decisão, manifesta no título, de tratar de “português brasileiro” e não de “português” em geral. A distinção poderia parecer meramente terminológica, mas não é, porque, no passado, a maioria dos autores que escreveram gramáticas “do português” o fizeram de modo a ressaltar os aspectos que as variedades europeia e sul-americana do português têm em comum; o caso extremo é o da gramática de Celso Cunha e Luís-Felipe Lindley Cintra, cujos exemplos foram procurados de modo a provar que o português europeu e o português sul-americano ilustram exatamente os mesmos fatos gramaticais. Ora, a uniformidade das duas principais variedades do português é até certo ponto real na língua escrita, mas, precisamente por isso, a atenção dada à escrita teve, historicamente, o efeito de mascarar as direções novas que a língua do Brasil ia tomando – isso quando não vinha associada à preocupação de frear essas mesmas mudanças. Em suma, escolher como tema e como título o “português brasileiro” é uma forma de recusar aquele modelo, e voltar-se para a fala é uma maneira de clarear nossa percepção desse objeto com que convivemos diariamente, mas que nos acostumamos a olhar através de filtros cujo poder de distorção tem sido enorme.

Os projetos que Ataliba Castilho dirigiu ao longo dos anos se caracterizaram, sempre, por serem coletivos e abrangentes: promoveram a convivência de orientações diferentes e procuraram reunir competências que permitissem dar cobertura a todos os aspectos da língua. Isso resultou invariavelmente em valorizar a pluralidade de orientações e em garantir uma pesquisa produtiva de todos os aspectos da língua. Encontramos neste livro o mesmo tipo de riqueza, e uma boa prova disso é o seu plano. É bem verdade que dois terços do trabalho são dedicados à sentença e ao período gramatical, temas imprescindíveis em todas as gramáticas que foram escritas desde o século XVII, mas o leitor notará que o tratamento desses temas é adiado para o capítulo “Primeira abordagem da sentença”, sendo os primeiros dedicados a mapear exaustivamente a produção que se refere a outras dimensões do fenômeno linguístico e da língua falada no Brasil. Nesses primeiros capítulos, o autor fala da variação que a língua sofreu no tempo, no espaço e no contexto social e textual de uso, e toma posição sobre a possibilidade de dar um tratamento gramatical ao texto e ao discurso, realidades que têm uma presença marcante na vida dos usuários da língua, mas que mesmo assim sempre foram preteridas pelos gramáticos. É também nesses primeiros capítulos que o autor dá conta de duas questões capitais: saber quais devam ser os objetivos de uma gramática e expor uma concepção própria de linguagem.

Não é difícil entender o quanto esses capítulos “preliminares” são significativos. Na prática, eles levam a uma concepção inteiramente nova do objeto de estudo e dos métodos de trabalho da Gramática. Um fato a assinalar é que as opções aí anunciadas são trabalhadas a fundo, com base numa bibliografia assombrosamente ampla, e são explicitadas com absoluta limpidez – exatamente o contrário do que aconteceu por séculos, já que a tradição consistiu, geralmente, em reduzir a língua à sua versão culta e literária, neutralizando assim todo tipo de variação, e em evitar todo tipo de discussão de método, começando *in medias res* e usando o mesmo plano de sempre, banal e sem riscos. Sabemos, infelizmente, que esse plano resistiu por tanto tempo não porque fosse eficaz, ou abrangente, ou em algum sentido mais esclarecedor, mas porque era o que apresentava menos riscos, garantido que era pela força da inércia.

Algumas palavras precisam então ser ditas sobre a concepção de linguagem que está na base deste livro – a que vem exposta no capítulo “Os sistemas linguísticos” – porque muitos leitores com vocação teórica encontrarão nela uma possibilidade de opção pessoal, e muitos pesquisadores com gosto pela análise se sentirão estimulados a aplicá-la, como de fato já vem acontecendo com toda uma geração de alunos brilhantes que Ataliba Castilho formou nos últimos anos. Ao formular essa concepção de linguagem, Castilho procurou dar uma solução conjunta a dois problemas que sempre se recolocam para a Filosofia da Linguagem e para todos aqueles que se dedicam ao trabalho de descrição e análise das línguas: para que serve, primordialmente, a linguagem humana? Que esquemas tornam mais compreensível a forma e o sentido das mensagens linguísticas? Os autores que tentaram responder à primeira dessas perguntas defrontaram-se historicamente com a alternativa de decidir se a língua serve para a comunicação ou para a construção do pensamento. Castilho pende para esta segunda alternativa, declarando-se devedor de pensadores como o alemão Wilhelm von Humboldt, o inglês M. A. K. Halliday, o francês Gilles Fauconnier, o americano Leonard Talmy e os brasileiros Carlos Franchi e Milton do Nascimento. É fácil entender o porquê dessas referências: uma das ideias mais frequentemente reafirmadas no livro é que a língua não é, primordialmente, uma manipulação de sinais, ou uma combinatória de unidades, mas um conjunto de operações cognitivas.

Para explicar a maneira como a forma e o sentido se compõem nos enunciados linguísticos, muitas soluções diferentes já foram propostas: soluções tipicamente indutivas (por exemplo, a que concebe a análise linguística como uma espécie de compactação, pela qual os textos são transformados em fórmulas) e soluções tipicamente dedutivas, como nas primeiras versões da Gramática Gerativa,

que propunham ao linguista a tarefa de construir por meios matemáticos dispositivos capazes de gerar todos os enunciados bem formados de uma língua, e apenas estes. Dada a complexidade da tarefa, optou-se frequentemente por compartimentar as gramáticas em diferentes módulos ou componentes, entre os quais podia ou não ser estabelecida uma hierarquia. Nesta obra, Castilho defende uma teoria da linguagem lançada por ele há alguns anos, que ele batizou de “multissistêmica”. Como o próprio nome indica, trata-se de uma teoria modular. De acordo com essa teoria, em todo enunciado linguístico, encontramos simultaneamente quatro formas de estruturação: lexical, sintática, semântica e discursiva. Essas quatro formas de estruturação não aparecem hierarquizadas, mas há entre elas uma articulação, garantida por um dispositivo sociocognitivo. Cabe à análise explicar o que acontece em cada uma dessas estruturas, e um dos pressupostos da explicação é que elas não funcionam de maneira estanque nem linear, sendo de regra a interação entre elas. Em suma, para Ataliba de Castilho, quem analisa os enunciados de uma língua envolve-se numa incessante manipulação de funcionamentos cognitivos e deve estar preparado para abandonar o conforto das correspondências biunívocas.

Há em tudo isso um eco dos ensinamentos de alguns funcionalistas do século XX, como M. A. K. Halliday e Simon Dik, e é provavelmente por isso que, ao descrever suas opções teóricas mais importantes, Ataliba Castilho se declara funcionalista. É preciso ressaltar, entretanto, que seu funcionalismo reivindica como fundamento uma concepção de ciência bem mais complexa do que a dos grandes funcionalistas da segunda metade do século XX: aqueles autores se enquadravam na concepção de ciência conhecida como “clássica”, que busca para seus objetos de estudo representações estáticas; ao contrário, Ataliba Castilho assume neste livro a concepção de ciência conhecida como “ciência do caos” ou “ciência dos sistemas complexos”. Desenvolvida por filósofos-cientistas como Gleick, essa filosofia impulsionou os avanços mais recentes das ciências sociais e biológicas, e revelou-se adequada para tratar de sistemas cujos componentes são dinâmicos e têm um comportamento altamente irregular ou parcialmente imprevisível. Para Ataliba Castilho, a linguagem é precisamente isso: um sistema complexo, processual por natureza, dinâmico e até certo ponto imprevisível.

Caracterizar os objetivos de uma gramática como matéria controversa e explicitar a própria concepção de linguagem são decisões de muita transparência e, portanto, de muito risco e coragem, e tem reflexos claros nos capítulos dedicados aos temas “mais tradicionais”. De fato, o leitor verificará nestes últimos que, embora os fenômenos linguísticos tratados sejam “nominalmente” os mesmos a que já se dedicaram muitos autores no passado, na prática, as perguntas feitas e as respostas obtidas não são as mesmas. Como isso é possível?

Há para isso duas explicações mais evidentes. A primeira tem a ver com a maneira como o autor concebe a linguagem. Se ela é um sistema de sistemas, se as unidades são simultaneamente significativas em diferentes dimensões, se é preciso controlar efeitos de sentido que não são previsíveis e automáticos, a explicação de uma unidade linguística terá que ser, necessariamente, uma explicação plural, complexa. O compromisso com explicações altamente articuladas fica reforçado se considerarmos que os enunciados da língua são vistos no contexto de seu desenvolvimento histórico e são postos em confronto com toda uma gama possível de variações. É claro que, assim concebida e situada, a descrição gramatical de uma sentença será sempre muito mais do que uma fórmula que diz como encadear palavras ou como escrever de maneira correta.

Mas a presença de explicações plurais parece responder também a uma outra necessidade íntima do autor, que é no fundo a mesma que o obrigou, nos capítulos iniciais, a apresentar suas decisões teóricas e metodológicas como o resultado de um extenso trabalho de consulta a fontes. Expliquemo-nos: como parte da liderança intelectual que exerceu no país durante décadas, Ataliba Castilho foi sempre um ávido leitor de tudo aquilo que se produziu, no Brasil e no exterior, sobre a língua portuguesa falada nos trópicos. Essa produção é impressionantemente vasta nas últimas

décadas, mas é também muito dispersa, e colecioná-la exigiria um grau de disciplina intelectual e de organização pessoal que poucos têm. Selecionar essa bibliografia dispersa, organizá-la tematicamente, processá-la e comentá-la de acordo com os seus próprios pontos de vista foi mais uma das tarefas a que Ataliba Castilho se propôs ao longo dos anos, e que se reverte nesta gramática. Assim, o livro, ao mesmo tempo em que é pessoal e singular, porque reflete uma experiência da língua que é única, é também uma obra coletiva, plural, ou, melhor dizendo, “polifônica”, porque dá voz a uma enorme legião de pesquisadores que, num passado mais ou menos próximo, trataram do português do Brasil, lançando hipóteses que merecem ser consideradas. O grau de exaustividade alcançado nessa tarefa é notável e isso dá ao livro um caráter por assim dizer enciclopédico, ao mesmo tempo em que faz dele uma obra de referência obrigatória. É mais um traço diferencial em relação às gramáticas de estampo tradicional, que são por definição “*mono*”: monológicas, monódicas e... monótonas.

Voltemos, porém, à ideia de inserção e paradoxo que foi lançada no início deste escrito. Um manual dedicado à descrição da língua falada do Brasil poderia ser chamado “Gramática do português brasileiro” apenas por inércia. Mas ao examinar desse ponto de vista a obra que o leitor tem em mãos, encontramos nela tantas características diferenciais e instigantes que a opção por esse título vai parecendo mais surpreendente a cada passo que se dá e chega, afinal, a parecer uma provocação. O leitor pode entender, agora, por que eu disse, anteriormente, que a inserção desta obra na tradição gramatical se faz de modo paradoxal. Ela se propõe o objetivo clássico de esclarecer a estrutura da língua, mas o faz sem preocupações normativas; ela aborda os mesmos fenômenos sintáticos que têm constituído o cerne das gramáticas ao longo dos últimos séculos, mas o faz com a preocupação de contextualizá-los no tempo e na variação sincrônica, de modo a ressaltar seu caráter histórico e social; e, além disso, ela se orienta por uma concepção de linguagem que é explicitamente definida, a qual obriga a analisar o mesmo enunciado a partir de vários pontos de vista, alguns dos quais são inteiramente novos... Tudo isso, é claro, são transgressões conscientes.

É nas entrelinhas dessas transgressões que podemos identificar o que esta obra tem de mais ambicioso enquanto projeto: ela se propõe a ser uma prova concreta de que é possível fazer gramática de um modo inteiramente novo em relação ao que a tradição nos tem legado. Novo, porque, no futuro, será mais difícil escrever gramáticas da língua sem lembrar que a língua não é apenas uma sintaxe. Novo também porque se trata não de dar respostas mais elegantes aos velhos problemas de sempre, mas sim de provar que, partindo de uma renovada pauta de problemas, conseguimos chegar a uma imagem mais rica e matizada da língua, percebendo uma enorme riqueza que sempre esteve ao nosso alcance e que não conseguíamos ver por falta de lentes apropriadas. Já se disse que, na vida, é mais importante ensinar a pescar do que dar o peixe. Em ciência, pode ser mais importante lançar uma nova pergunta do que polemizar sobre velhas respostas. Quem pode faz, e parece ter sido precisamente isso o que Ataliba Castilho fez aqui. Como colega e colaborador veterano de seus projetos, só posso desejar ao amigo que a semente caia em terra fértil, e que este livro dê os frutos que merece.

Este prefácio poderia terminar aqui. Mas faltou dizer uma última coisa, “por sinal”, uma coisa de peso. Ataliba Castilho é daquelas pessoas que conhecem muito bem a diferença entre seriedade e chatice. Nas linhas que precedem, à minha maneira, falei da seriedade do livro. Mas como seriedade não tem nada a ver com chatice, faltou dizer que este é um livro que se lê com prazer, porque o autor se preocupou o tempo todo em representar seus leitores como interlocutores vivos, dando a eles o direito de discordar, questionar e polemizar. Também por esse ângulo a obra é inovadora e é um bom retrato de seu autor. O leitor descobrirá por sua conta, desde as primeiras páginas, que Ataliba nunca perde a chance de fazer uma boa brincadeira e que, juntamente com sua ciência, soube trazer para um texto que se destina a permanecer o entusiasmo com que viveu seus longos anos de magistério.